

Nos últimos anos o contexto educacional brasileiro tem passado por distintas reformas (e contrarreformas) que atingem desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, com consequências importantes para a formação de professoras/es. Entre as problemáticas políticas implementadas, encontra-se o que ficou conhecido como Novo Ensino Médio, regulamentado em 2016 como medida provisória e no ano seguinte como lei (nº 13.415/2017). Neste 2024 o tema volta a ser pautado com propostas de reformulação dessa etapa da educação básica, a partir de nova lei promulgada no Senado Nacional, sob o nº 14.945/2024.

Longe de ser ponto pacífico entre docentes, escolas, pesquisadoras/es, famílias e discentes, a Política Nacional de Ensino Médio (como tem sido agora nomeada) é alvo de constantes críticas desde seu surgimento. A ampliação da carga horária, a reestruturação curricular com retirada de algumas disciplinas e inclusão de outros componentes, a exemplo de “projetos de vida”, e o peso da formação técnico-profissional, têm como justificativa oficial tornar essa etapa mais atrativa e conectada aos anseios da juventude, procurando dirimir o histórico problema da evasão escolar. Porém, o que se tem visto é um empobrecimento cada vez maior da educação destinada, especialmente, às camadas mais baixas e empobrecidas da população brasileira.

É nesse emaranhado de questões que o presente número dos Cadernos se inscreve, problematizando o Novo Ensino Médio e o lugar (ou não lugar) da Educação Física em propostas que vêm sendo desenvolvidas

em diferentes estados do país. Analisando experiências curriculares, o dossiê, organizado por Daniel Teixeira Maldonado (CBCE/SP), Dirceu Santos Silva (CBCE/MS) e Fábio Cunha de Sousa (CBCE/PE), fortalece a parceria do periódico com pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, além de inaugurar nossa nova plataforma de submissões e acesso.

Desejamos a todas/os uma excelente leitura!

MICHELLE CARREIRÃO GONÇALVES

ALEXANDRE FERNANDEZ VAZ

RIO DE JANEIRO, FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2024